

**LEI Nº 2.896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL  
A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL  
ESPECIAL DESTINADO A  
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA  
SERVIÇO SENTINELA.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, sanciono a seguinte Lei:

**~~Art. 1º~~** Fica o Poder Executivo de acordo com o disposto no Art. 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de Março de 1964, autorizado a:

Abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 37.200,00 (Trinta e sete mil e duzentos reais) destinado a Manutenção do Serviço Sentinela (Enfrentamento a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes), na seguinte dotação orçamentária:

022	Sec. Munic. Ação Social e Dir. Humanos	
022001	Recursos Federais e Estaduais	
022001.08	Assistência Social	
022001.08244	Assistência Comunitária	
022001.082440029	Assistência Social à Comunidade	
022001.0824400292.112	Manutenção do Serviço Sentinela	
022001.0824400292.1103.3.3.90.30.00	Material de Consumo	27.002,00
022001.0824400292.1103.3.3.90.36.00	Outros serviços de Terceiros — P. Física	9.680,00
022001.0824400292.1103.3.3.90.39.00	Outros serviços de Terceiros — P. Jurídica	518,00

**~~Art. 2º~~** Serão utilizados como fonte de recurso para abertura dos créditos adicionais especiais, o recurso do convênio estadual de Co-Financiamento do Serviço Sentinela, conforme Parecer Consulta do TCEES 028/2004 para abertura do mesmo.

**~~Art. 3º~~** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre (ES), 10 de dezembro de 2007.

**~~DJALMA DA SILVA SANTOS~~**  
**~~Prefeito Municipal~~**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.